

ABRASCO

10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

A saúde coletiva aponta para as dimensões da relação entre saúde e desenvolvimento e abre espaço para o debate do ensino técnico em saúde

sumário

2 ■ **especial**
Atenção à educação permanente em saúde

7 ■ **em rede**
■ Mais recursos didáticos para a formação técnica em Citopatologia
■ Pela qualidade do atendimento e redução dos casos de câncer de mama no país

12 ■ **capa**
Saúde é desenvolvimento e, país sem desigualdades

20 ■ **escola em foco**
Cefor Assis: cinquentenário de sucesso na formação técnica em saúde

22 ■ **aluno em foco**
Experiências exitosas, bem-vindas e necessárias

24 ■ **aconteceu**
Um giro pelas escolas do Maranhão, São Paulo, Sergipe, Minas Gerais, Paraíba, Brasília, Goiás, Santa Catarina e Ceará,

28 ■ **panorama**
Planos de saúde são avaliados pela ANS

Sob o título 'Saúde é desenvolvimento e, país sem desigualdades', a matéria de capa desta edição traz os debates que nortearam a décima edição do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. O 10º Abrascão, como é conhecido, reiterou a necessidade de mais investimento na saúde pública e a ideia de que desenvolvimento é um país sem desigualdades. O evento se destacou ainda pelo espaço dedicado ao debate da saúde do trabalhador e da qualificação profissional técnica.

Esta revista da RET-SUS apresenta em sua seção 'Especial' as discussões da Oficina de Educação Permanente, realizada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, em Brasília, no mês de novembro de 2012. O encontro, que contou com a participação das Escolas Técnicas do SUS que integram esta rede, evidenciou problemas de execução de recursos da educação permanente e tratou das propostas de formação técnica em prótese dentária e de capacitação das equipes de saúde bucal no cuidado das pessoas com deficiência.

A seção 'Em Rede' desta edição traz duas matérias. A primeira trata do lançamento dos materiais didáticos específicos para o Curso Técnico em Citopatologia, área considerada prioritária pelo Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde. A segunda, do curso 'Processo de Trabalho do Técnico em Radiologia no Exame de Mamografia', cujo propósito é aperfeiçoar o processo de trabalho do técnico em radiologia no exame de mamografia, em consonância com auditoria do Denasus que identificou entre outros fatores a deficiência de recursos humanos quanto ao uso dos mamógrafos do SUS.

A seção 'Aluno em Foco' fala sobre os formandos do Curso de Especialização Pós-Técnica em Urgência e Emergência do Centro Formador de Recursos Humanos de Pessoal de Nível Médio para a Saúde de Pariqueira-Açu que se destacaram na edição 2012 da Semana do Ensino Médio e Técnico da Unicamp.

Os 50 anos do Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Assis ilustram a seção 'Escola em Foco' da Revista RET-SUS de dezembro. A escola formou mais de 10 mil trabalhadores do sistema de saúde de São Paulo através de metodologias que superaram o modelo tradicional do processo ensino-aprendizagem.

Na seção 'Aconteceu', um passeio pela ETSUS Maranhão, CEFORH de Pariqueira-Açu, ETSUS Sergipe, Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, Cefor Paraíba, Escola Técnica de Saúde de Brasília, CEP-Saúde, em Goiânia, e ETSUS Blumenau. Por fim, na seção 'Panorama', informações sobre o Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS). Uma boa leitura!

Conselho Editorial da RET-SUS

expediente

Ano VII - nº 57 - dezembro de 2012

Revista RET-SUS

Órgão oficial da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde . Brasil

ISSN 1980-9875

Conselho Editorial (Membros da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS)

Maria Ivanildes Resende de Oliveira (DEGES/SGTES/MS); **Gilson Cantarino O' Dwyer** (CONASS); **Márcia Cristina Marques Pinheiro** (CONASEMS); **Anna Lúcia Leandro de Abreu** (ETSUS Região Norte); **Maria José Camarão** (ETSUS Região Nordeste); **Evelyn Ana Cafure** (ETSUS Região Centro-Oeste); **Damião Mendonça Vieira** (ETSUS Região Sudeste); **Claudia Vilela de Souza Lange** (ETSUS Região Sul).

Tiragem 10.000 exemplares . **Impressão:** Duo Print

Endereço

Secretaria Executiva de Comunicação da RET-SUS . Avenida Brasil, 4.365 - EPSJV/Fiocruz . Mangueiras . Rio de Janeiro (RJ) . Brasil
CEP: 21.040-360 . Telefones: (21) 3865-9779 ou 9796 . retsus@fiocruz.br . www.retsus.fiocruz.br

Editoria

Katia Machado

Reportagem e redação

Flávia Lima, Jéssica Santos
e Katia Machado

Estágio Supervisionado

Alex Calheiros

Projeto Gráfico e Diagramação

Mário Carestiano

Capa

Mário Carestiano

Assistente de Gestão

Fernanda Martins

Periodicidade

Mensal / Bimestral



Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Ministério da Saúde



Encontro evidencia baixa execução de recursos da educação permanente e apresenta propostas de formação técnica em prótese dentária e de capacitação das equipes de saúde bucal no cuidado das pessoas com deficiência.

Atenção à educação permanente em saúde

especial

Jéssica Santos

Integrar ensino e serviço, educação e trabalho e promover mudanças tanto no processo de formação quanto nas práticas de saúde no âmbito do SUS. Estes são os objetivos centrais da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (Pneps), lançada pelo Ministério da Saúde em 2004, e que norteou recentemente o debate da Oficina de Educação Permanente, realizada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Sgtes/MS), em Brasília, entre os dias 7 e 9 de novembro de 2012. “A retomada desta política é nossa prioridade”, afirmou a diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (DeGES/Sgtes/MS), Mônica Sampaio.

O evento tratou ainda das ações de educação em saúde para atender às redes de atenção à saúde — entre elas Rede Cegonha, de Atenção às Urgências e Emergências, Atenção Psicossocial, de Atenção às Doenças Crônicas e de Cuidado à Pessoa com Deficiência — e do curso de formação de técnicos em Prótese Dentária, criado em atenção aos 69% dos adultos brasileiros com necessidade de algum tipo de prótese dentária, segundo levantamento epidemiológico realizado pelo Ministério da Saúde, em 2010.

Para o secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mozart Sales, presente à mesa de abertura da oficina, as políticas de formação de recursos humanos precisam prioritariamente dialogar com essas redes de saúde. “São redes estabelecidas através das demandas postas pelo drama assistencial diário dos nossos colegas que lidam com a atenção à saúde de forma mais direta, que falam que há falta de profissionais habilitados em determinadas áreas que os impedem de prover a assistência em determinadas regiões, serviços e condições”, frisou.

A qualificação e a formação de trabalhadores estão entre os principais desafios estruturantes do SUS e precisam ser realizadas sob a perspectiva tripartite, com a participação dos três níveis de governo, observou em seguida o coordena-



Cameiros apresenta objetivos do Técnico em Prótese Dentária

nador nacional de Saúde Bucal da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS), Gilberto Pucca. “Não se resolve todos os problemas da qualificação com publicação de portarias. São necessárias iniciativas que envolvam estados, municípios e União”, avaliou, citando como exemplo exitoso nesse sentido o Curso Técnico em Prótese Dentária proposto conjuntamente pelo Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). “É absolutamente ousado. Nós pretendemos formar novos profissionais e incorporá-los à lógica do SUS. Não é tarefa das mais fáceis, por isso vamos precisar de um esforço qualificado”, disse.

Sales aproveitou a oportunidade para informar à plateia da oficina, formada por representantes das escolas técnicas do SUS, dos conselhos de secretarias municipais de saúde (Cosems) e de setores de recursos humanos e planejamento das secretarias estaduais de saúde, que o Ministério da Saúde vem credenciando, de maneira universal, laboratórios de prótese dentária, para que o serviço chegue a um número cada vez maior de cidadãos brasileiros. “Hoje, nós temos mais de mil laboratórios de prótese dentária e uma perspectiva de construir uma referência nesse campo com os planos de saúde regionais”, anunciou.

■ Técnico em Prótese Dentária

A proposta do Curso Técnico em Prótese Dentária foi apresentada logo no primeiro dia da oficina, em 7 de novembro. Professor da Universidade Estadual de Pernambuco e assessor da Sgtes, Reginaldo Inojosa Carneiros contou que a formação, destinada aos trabalhadores inseridos no SUS, terá 1.200 horas de aulas teóricas e práticas, e a meta é ofertar duas mil vagas. Os objetivos do curso, disse, são conhecer as bases científicas necessárias para a confecção de próteses dentárias, confeccionar peças protéticas e aparelhos ortodônticos segundo a técnica, ter domínio dos princípios de biomecânica e saber empregá-los corretamente para propor o planejamento das próteses dentárias, planejar a confecção dos diversos tipos de próteses dentárias e aparelhos ortodônticos e confeccionar prótese sob implante.

A iniciativa vem na esteira do levantamento epidemiológico sobre o tema, realizado pelo Ministério da Saúde em 2010, através do qual se constatou que 69% dos adultos brasileiros têm necessidade de algum tipo de prótese dentária. “Pouco mais de 20% da população na faixa etária de 65 a 74 anos necessitam de prótese total, conhecido como dentadura, em pelo menos um maxilar, e 15% necessitam de prótese total dupla. Ou seja, nos dois maxilares”, revelou o professor. São mais de três milhões de idosos inseridos nesse contexto. A pesquisa identificou ainda que quanto menor a renda maior é o número de pessoas carentes de prótese den-

tária. “Isso significa que a necessidade está concentrada no grupo populacional que mais depende do SUS”, observou Carneiros, informando que, na Região Norte, estão os maiores índices de carência deste serviço e, no Sul, os menores índices.

As políticas de incentivo à produção de próteses dentárias datam o ano de 2006, com a publicação da Portaria nº 599, definindo a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) e de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPDs), além de estabelecer critérios, normas e requisitos para seu credenciamento. Esta portaria permitiu que estados e municípios credenciassem laboratórios públicos. “Em 2009, a Portaria nº 2.373, do Ministério da Saúde, permitiu que os municípios fizessem convênio direto, firmando contrato direto com o laboratório ou contratando o serviço privado quando não tivesse”, destacou Carneiros.

Segundo ele, entre 2005 e 2012, o número de municípios que produzem próteses dentárias passou de 36 para 1.384. “Isso equivale a 25% dos municípios brasileiros. É um avanço considerável e a grande dificuldade que os municípios ainda têm é a falta de técnicos”, apontou ao anunciar que o número de técnicos em prótese dentária cadastrados no SUS é de apenas 1.222.

Recursos e vagas para o Curso Técnico em Prótese Dentária seguem critérios estabelecidos pela Portaria nº 16, do Ministério da Saúde, publicada em 17 de setembro de 2012. Esta norma dispõe sobre o repasse de recursos financeiros para a área estratégica de Prótese Dentária no âmbito do Programa de Formação de Profissional de Nível Médio para a Saúde (Profaps) e aponta, no artigo quarto, critérios de prioridade para a distribuição de recursos e vagas pelos estados e municípios, mediante pactuação na Comissão Intergestora Bipartite (CIB). Entre eles estão os municípios com população em extrema pobreza — renda familiar *per capita* de até R\$ 70,00 —, com prioridade no Plano Brasil Sem Miséria, com maior cobertura de Saúde Bucal de Equipe de Saúde da Família e com maior cobertura de Saúde Bucal da Atenção Básica. “Esses critérios são para auxiliar as coordenações estaduais na seleção de municípios prioritários para oferta da formação técnica em prótese dentária”, revelou Carneiros.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 59% (9,6 milhões de pessoas) da população em extrema pobreza estão concentradas na Região Nordeste, 71% são negros e 26% são analfabetos (15 anos ou mais). Dos 5.565 municípios brasileiros, o IBGE elencou 2.365 como prioritários do Plano Brasil sem Miséria. “Foram levados em consideração a quantidade de população em extrema pobreza por municípios, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e outros parâmetros, como expressão demográfica, dificuldades regionais, existência de populações tradicionais etc”, explicou o consultor da Sgtes.



Carvalho (ao centro, ao lado de Reginaldo): metas destinadas às equipes de saúde bucal no cuidado das pessoas com deficiência

Cuidado da pessoa com deficiência

O tema da capacitação de profissionais da saúde bucal vinculado ao SUS na atenção e cuidado da pessoa com deficiência coube à mesa de debate formada na tarde do dia 7 de novembro. O representante da Coordenação de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Wellington Carvalho, falou sobre a criação da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência, através da Portaria nº 793, de abril de 2012, com foco para o eixo da saúde bucal. “Essa rede é ampla e prevê ações de reabilitação e cuidado. Ou seja, prevê uma série de ações de atenção à saúde da pessoa com deficiência e tem um eixo específico sobre saúde bucal”, explicou.

No que se refere a esse eixo, foram estabelecidas algumas metas a serem alcançadas até 2014, com destaque para capacitação de mais de seis mil equipes de saúde bucal para atendimento a pessoas com deficiência, qualificação de 420 centros de especialidades odontológicas e de 81 centros cirúrgicos para atendimento odontológico a nível hospitalar. “O Ministério da Saúde estabeleceu três metas de saúde bucal, cada uma em um nível da atenção”, resumiu.

Carvalho também citou a Portaria nº 1.341, de junho de 2012, que define valores dos incentivos de implementação e de custeio mensal do Centro de Especialidade Odontológica (CEO). No quinto artigo desta portaria, são definidos os valores adicionais para os CEOs que aderirem à Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência. Para tanto, essas unidades deverão solicitar adesão à rede e disponibilizar no mínimo 40 horas semanais para atendimento exclusivo às pessoas com deficiência. “Hoje temos 106 centros que se credenciaram e se colocaram à disposição para servir de referência da rede”, informou.

Em seguida, o cirurgião-dentista e professor da Universidade Federal de Pernambuco, Arnaldo Caldas, falou

sobre o Curso de Capacitação das Equipes de Saúde Bucal Vinculados ao SUS para a Atenção e o Cuidado às Pessoas com Deficiência, sob responsabilidade da UFPE e da Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS). A formação se dará na forma semipresencial, através da qual 120 horas serão de aulas teóricas a distância e 40 horas, de atividades clínicas no estado de origem do aluno, o que inclui atendimento aos usuários. “É o primeiro curso da UNA-SUS para nível técnico no Brasil e com tamanha proporção. Estamos desbravando um campo até então não explorado”, destacou.

O curso é destinado aos cirurgiões dentistas e auxiliares em saúde bucal inseridos no serviço. Ficam de fora os técnicos, informou Caldas, uma vez que o Conselho Federal de Odontologia não permite que esses profissionais atendam pessoas com deficiência. Segundo ele, já foram iniciadas a capacitação de professores e tutores e a produção de materiais instrucionais para o curso.

Retorno da educação permanente

O tema da educação permanente em saúde norteou as discussões do dia 8 de novembro. Na mesa de debate, a diretora do Deges, Mônica Sampaio, falou sobre a articulação entre a Pneps e as redes de atenção à saúde. “Percebemos que, mesmo depois de 20 anos da implantação do SUS, ainda persistem problemas no acesso e na qualidade da atenção decorrentes de vários fatores, entre eles a desarticulação dos serviços de saúde na gestão interfederativa, o desafio de constituir redes de atenção à saúde e a escassez de profissionais em determinadas regiões do país”, citou.

De acordo com a diretora, apesar de a educação permanente em saúde ter avançado, a partir da Portaria nº 1.996, de 2007, ainda se percebe uma desarticulação entre as políticas de educação na saúde. “As diretrizes da Pnep não estão ainda implementadas plenamente

no cotidiano dos serviços. Isso é um desafio”, observou, citando em seguida o problema da baixa execução dos recursos da educação permanente por parte de estados. “Nós precisamos desburocratizar os espaços de discussão sobre essa pauta com urgência”, orientou.

Ao apresentar os números de técnicos formados com recursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) — 443 em citopatologia, 845 em radiologia, 33.221 agentes comunitários de saúde e 11.212 auxiliares e técnicos em enfermagem em ações da Rede Cegonha, 10.119 aperfeiçoamentos em saúde do idoso e 2.308 em urgência e emergência, 4.822 técnicos em enfermagem, 1.328 em hemoterapia e 7.238 em vigilância em saúde —, Mônica afirmou que demandas de nível técnico ainda são pouco dimensionadas e estão sem parâmetros de quantificação das necessidades. “Não há como visualizar no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde essa força de trabalho, porque há muito desvio de função, com exceção das áreas de Radiologia, Saúde Bucal e Enfermagem. A maioria nem sempre é contratada segundo a competência específica que vai exercer”, disse, ressaltando o quanto as regiões de saúde poderão ajudar nesse sentido. “Nós vamos olhar a região de saúde para definir esse quantitativo e incrementar a expansão do serviço”, acrescentou.

Para a diretora do Deges, entre os principais desafios para que projetos e políticas interfiram nas práticas e na



Mônica Sampaio: 'É preciso desburocratizar os espaços de discussão'

gestão do sistema de saúde, sob a perspectiva da integralidade, está o de ter o SUS como espaço de formação dos trabalhadores. “A formação precisa voltar-se para as necessidades de saúde da população e para a transformação da realidade sanitária brasileira. Às vezes, fazemos cursos que não traduzem essa perspectiva, são cursos apenas de transmissão de protocolo e de técnicas”, ressaltou. “A educação permanente precisa ser eixo transversal e integrador das políticas e transformador da realidade”, orientou.

De acordo com ela, é preciso traçar, a partir do mapa da saúde, a demografia das profissões de saúde e fazer uma cartografia das necessidades de formação e das ofertas existentes no território, levando em consideração a capacidade instalada e os investimentos. “Para isso, é necessária a construção coletiva de planos regionais e estaduais de educação permanente em saúde,



Mônica Durães reitera baixa execução dos recursos da educação permanente e busca identificar as causas

e faz-se mister analisar e monitorar como estes planos estão sendo concebidos e executados”, recomendou.

Como as escolas técnica do SUS aparecem neste contexto?, indagou Mônica. Para ela, essas instituições são estratégicas e, por isso, é preciso fortalecer a capacidade gestora e de execução dos recursos, a infraestrutura, a ambiência, as equipes, os insumos e equipamentos. “Para infraestrutura, estamos prevendo, para 2013, recurso de capital para reforma, adequação e melhoria das ambiências das escolas”, anunciou, sob fortes aplausos dos representantes das ETSUS. Mônica também ressaltou a necessidade de ampliar os cursos técnicos e de qualificação, com foco nas redes de atenção à saúde, através do Profaps, e de elaboração de diretrizes para a formação do nível técnico.

Assessora técnica do Deges, Mônica Durães falou em seguida sobre o monitoramento da execução física e financeira da Pneps e do Profaps, entre os anos 2009, 2010 e 2011, a partir de informações apuradas com os estados. No que se referiu aos recursos do Profaps, ela informou que foram utilizados cerca de 12 milhões, o que correspondeu a 9,79% do total de recursos disponibilizados. Quanto ao Pneps, a assessora informou que foram executados e empenhados aproximadamente R\$ 37 milhões, de um total de R\$200 milhões de recursos disponíveis, comprovando a observação de Mônica Sampaio quanto à baixa execução do dinheiro.

Coube à então coordenadora-geral de Gestão do Trabalho em Saúde e atual diretora do Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde da Sgtes, Ana Paula Cerca, apresentar na oficina as prioridades da direção. Ela destacou a melhoria das condições de tra-

balho e a valorização dos trabalhadores com o fortalecimento da Mesa Nacional de Negociação Permanente e a construção de espaços de negociação entre gestores e trabalhadores. Ana Paula ainda destacou o Programa de Estruturação e Qualificação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS. “Entre os eixos de atuação desse programa está a valorização de práticas inovadoras de gestão do trabalho em saúde, a democratização das relações de trabalho, a qualificação do trabalhador e os sistemas de informação”, resumiu.

Os participantes da oficina se reuniram, ainda, durante os dias 8 e 9 de novembro, após as apresentações, para elaboração de trabalho em grupos. Na avaliação de Mônica Sampaio, esse foi o momento de se traçar estratégias para que a educação em saúde consiga transformar práticas. “Temos que refletir em que medida projetos e políticas estão conseguindo interferir nas práticas e na gestão, sob a perspectiva da produção da integralidade”, refletiu.

Divididos inicialmente por estados, no primeiro dia, e depois por regiões, os grupos discutiram os desafios para a consolidação da educação permanente em saúde nos seus espaços de atuação, respeitando as especificidades locais. Grande parte dos grupos apontou como dificuldades de execução dos recursos a incompatibilidade de datas. Outros aspectos relevantes citados foram a necessidade de profissionalizar docentes e de incorporação das atividades docentes de servidores nos planos de cargos e carreiras. Os desafios e estratégias apontados pelos grupos foram registrados em relatórios que servirão de apoio para a Sgtes analisar a construção dos próximos passos para a consolidação da política de educação permanente em saúde. ■

Mais recursos para integrar ensino à necessidade do SUS*

No dia 6 de dezembro de 2012, o Ministério da Saúde liberou R\$ 50 milhões para estados e municípios investirem em ações de integração entre ensino-serviço-comunidade. O recurso faz parte do Pró-Saúde/PET-Saúde, programa da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Sgtes) que, por sua vez, faz parte das políticas indutoras de educação permanente e integração ensino-serviço-comunidade. O Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), com foco na reorientação da formação profissional segundo as necessidades do SUS, e o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), que efetiva essa adequação curricular, a partir da oferta de bolsas, foram consolidados em um só programa em abril de 2012. “É uma espécie de bolsa de iniciação científica com a supervisão de um professor e de um profissional que já atua no serviço”, explicou Mozart Sales, na ocasião do anúncio dos novos recursos.

Nesse contexto, os professores e profissionais de saúde recebem um auxílio no valor de R\$ 1.045,89 e o estudante, R\$ 400,00. “Desta forma conseguimos adequar os currículos e

fortalecer a integração entre instituições de ensino e serviço público de saúde”, acrescentou Sales.

A relação dos municípios que receberão recursos para execução dos projetos aprovados está disponível na Portaria nº 2.805, de 6 de dezembro de 2012. O recurso será transferido diretamente para o fundo municipal de saúde. Cento e vinte projetos foram aprovados.

Até 2012, o Pró-Saúde envolvia 379 cursos da área de saúde. Com esses novos recursos, serão envolvidos mais 389 cursos. As propostas são pautadas na formação acadêmica, pesquisa e extensão para a execução das atividades apresentadas através da promoção da saúde, ampliação dos cenários de prática e orientação pedagógica. O objetivo é possibilitar ao estudante uma vivência do cenário de prática aliado à teoria e contemplando as necessidades da população.

Para o biênio 2013/2014, estão previstos R\$ 228 milhões para os programas Pró-Saúde e PET-Saúde. Esses recursos serão repassados para as secretarias municipais e estaduais de Saúde e para as instituições de Ensino Superior, responsáveis pela implantação dos projetos.

* Com informações da Anna Lima, do Núcleo de Comunicação da Sgtes.

Lançado em dezembro de 2012, Atlas de Citopatologia Ginecológica e cadernos de referência para curso técnico fortalecem a formação profissional na área.

Mais recursos didáticos para a formação técnica em Citopatologia

em rede

Flavia Lima

Em dezembro de 2012, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Sgtes/MS), através da Coordenação Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges), lançou a coletânea de materiais didáticos específicos para o Curso Técnico em Citopatologia, considerado prioritário pelo Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), do MS. Entre as publicações estão o Atlas de Citopatologia Ginecológica (versão impressa e digital), o Caderno de Referência 1: Citopatologia Ginecológica, o Caderno de Referência 2: Citopatologia não Ginecológica e Caderno de Referência 3: Técnicas de Histopatologia.

O objetivo dessa coletânea é promover e aprimorar a qualificação técnica dos alunos, além de orientar as escolas quanto à organização e ao planejamento de seus processos formativos, provocando forte impacto na qualidade dos cursos e no perfil da formação. “Esse material traduz a relevância da formação profissional técnica de nível médio na política nacional de saúde”, cita Maria Ivanildes Resende de Oliveira, coordenadora-geral (interina) de Ações Técnicas em Educação na Saúde do MS. Segundo ela, a efetividade, o atendimento e a qualidade dos serviços de saúde guardam relação com a formação e a qualificação profissional. “Precisamos assegurar recursos para o cumprimento e a efetivação dos processos de formação e de qualificação técnica desses profissionais que formam o maior segmento da força de trabalho na área da saúde, que são os técnicos de nível médio”, acrescenta.

Mestre em Anatomia Patológica e médica citopatologista do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a professora Daisy Nunes de Oliveira Lima participou da elaboração dos cadernos de referência 1 e 2. Há 30 anos na área da Citopatologia, a especialista explica que o objetivo do projeto é proporcionar uma visão geral e detalhada de todas as doenças que podem afetar o aparelho genital do ponto de vista da Citopatologia. “Os alunos costumam ter muita dificuldade em relação ao material didático disponível, já que a maioria dos livros é importada. Então, procurei diversificar ao máximo o conteúdo apresentado nesses cadernos, que será aproveitado não só pelos técnicos como também por citopatologistas”, descreve.

Segundo a professora, ela tomou como base alguns livros disponíveis na área, bem como sua experiência profissional. “Eu venho coletando material há mais de 20 anos. Durante minhas aulas nos cursos de graduação e especialização, elaborei o projeto. Pensei primeiro em revelar o conteúdo básico, que são as células. Depois, as alterações dessas células, desde os processos benignos, passando pelas lesões inflamatórias, até chegar às células cancerígenas, tanto as mais comuns quanto as mais raras. Mas o ponto-chave desse tema é o colo do útero”, destaca Daisy Nunes.

De acordo com a médica, o material didático vai proporcionar ao aluno uma visão geral e detalhada das doenças que podem afetar a região do aparelho genital feminino do ponto de vista da Citopatologia. “Foi um trabalho árduo, a equipe trabalhou bastante. Além dos cadernos, produzimos o Atlas com três mil imagens, cada uma com um texto, explicando o seu significado. Foi uma oportunidade única, pois tive a chance de trazer informações que venho coletando a vida inteira”, revela. De acordo com Daisy, o material é completo, pois além de trazer imagens detalhadas, tem uma linguagem clara, de fácil entendimento.

Na opinião de Daisy, para se aperfeiçoar na área da Citopatologia, não basta, porém, o livro, o aluno precisa aprender com a prática. “O material produzido é de excelente qualidade didática, mas não é suficiente. O aluno precisa ter a prática no microscópio, por exemplo, e uma fonte de material para estudar em casa. Ele tem que ter conhecimento das características da célula para encaminhar ao médico, e este dar o parecer final. Se o aluno não tem essa noção, não poderá chegar a um diagnóstico”, explica.

A especialista dá dicas de como o material didático pode ser usado com os alunos: “Se eu fosse usá-lo em sala de aula, primeiro daria a parte teórica e distribuiria o texto para estudar em casa. A parte prática deveria ser entregue em lâminas e o Atlas serviria para o aluno compará-lo com a imagem ao vivo no microscópio. Já o material em DVD deveria ser usado à parte, em casa, para comparar com a microscopia”.

A expectativa de Daisy é que os alunos se apropriem do material didático e se sintam mais estimulados em estudar o tema. “Quero que os alunos aproveitem ao máximo possível esse conhecimento, para que possam trabalhar com maior entusiasmo e eficácia”, declara.

Vale citar que cabe ao técnico nesta área compartilhar ações que possibilitam a melhoria da qualidade dos processos, produtos e serviços na rede de laboratórios de citopatologia. Para a professora Daisy, suas competências articulam-se com as de outros trabalhadores da saúde nas intervenções próprias aos processos preliminares e terapêuticos na atenção à saúde.

■ Atualizando o conhecimento

Diretor técnico de serviço de saúde do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (HCFMRP-USP), o professor Abel Dorigan Neto participou da elaboração do Caderno de Referência 3: técnicas de Histopatologia. Segundo ele, a bibliografia sobre a área encontrada no mercado está bastante desatualizada, o que o motivou a participar desse trabalho, a convite do Ministério da Saúde. “A Histologia tem sofrido avanços, então procurei utilizar uma linguagem técnica, orientando o aluno desde a coleta do material até a entrega des-

te ao médico patologista para o diagnóstico”, explica.

De acordo com Neto, o livro que ajudou a organizar e elaborar baseou-se em informações coletadas em oficinas realizadas por ele e sua equipe do Hospital das Clínicas. “Avaliamos o que havia no mercado e o que seria necessário produzir. A partir daí, fizemos este material didático”, conta. Segundo o especialista no tema, que atualmente coordena o Laboratório de Anatomia Patológica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, todos os passos do processamento histológico são discutidos com detalhes e acompanhados por ilustrações e fotos nesta publicação.

O professor ressalta ainda a importância do material didático no aperfeiçoamento e formação dos técnicos em Citopatologia. A exemplo de Daisy, Neto acredita que o conhecimento deve ser dado de forma aberta aos estudantes e profissionais de saúde. “O mercado de trabalho para este profissional é amplo e existe uma necessidade urgente de formação desses técnicos. No entanto, é importante frisar que é um trabalho bastante artesanal, o que implica ter muita habilidade manual. Espero que os alunos aproveitem ao máximo possível”, defende.

O Curso Técnico em Citopatologia tem como finalidade a formação profissional do técnico de nível médio para atuar em laboratórios de citopatologia, segundo especificidades da citologia e da histologia, na perspectiva da promoção da saúde, prevenção de agravos e tratamento de doenças. A carga horária mínima definida pelo Ministério da Educação (MEC) para este curso é de 1.200 horas, e deve ser acrescida a carga horária destinada ao estágio curricular supervisionado.

Segundo ainda o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC, o Curso Técnico em Citopatologia faz parte do eixo tecnológico *Ambiente, Saúde e Segurança*. Ele compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e à atenção à saúde, além de abranger ações de proteção e preservação dos

seres



vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco e programas de educação ambiental.

As ações inerentes à área estão vinculadas ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde-doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais. O curso técnico também tem como características comuns a pesquisa e a inovação tecnológica.

Com o objetivo de ampliar a formação em áreas estratégicas para a garantia da qualidade do SUS, o Profaps vem investindo na qualificação profissional na área da Citopatologia. Afinal, a formação dos trabalhadores deverá incorporar a lógica do modelo de atenção definido pelo MS, marcada pela concepção ampliada de saúde, com foco na qualidade de vida. Essa concepção exige profissionais capacitados para atuar em diferentes unidades de prestação de serviços, de forma a promover a melhoria dos indicadores de saúde.

Outros cadernos de referência, constando das diretrizes dos cursos técnicos em Vigilância em Saúde, Radiologia e Hemoterapia, também já foram publicados e distribuídos nas escolas e centros formadores pertencentes à Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS). Todo esse material serve de apoio para a implantação dos cursos prioritários no contexto do Profaps. Vale citar que a Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESP-PE), no Recife, foi a primeira unidade a oferecer o Curso Técnico em Citopatologia.

■ Documento motivador

Em 2010 e 2011, o Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), com apoio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e participação de instituições educacionais e de serviços de saúde, produziram um caderno com as diretrizes e orientações para a formação do técnico em Citopatologia. Era o início de um processo de produção de textos e publicações voltados para a formação técnica nesta área.

Organizado em 48 páginas, o documento objetivou orientar as escolas quanto à organização e ao planejamento de seus processos formativos e atendeu às diretrizes e estratégias do Programa Mais Saúde: direito de todos (2008–2011), do MS. “O objetivo do caderno é funcionar como parâmetro de apoio à autonomia e às demandas locais das escolas”, declarou, na época, a consultora da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), Maria Auxiliadora Christófaru.

O Programa Mais Saúde tinha como finalidade enfatizar a necessidade de desenvolvimento de projetos que visem à ordenação de recursos humanos para a saúde, destacando a articulação das políticas e processos de trabalho da saúde e da educação como estratégia privilegiada para a ampliação e qualificação da atenção à saúde em todos os âmbitos da rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). ■



Curso busca aperfeiçoar o processo de trabalho do técnico em radiologia no exame de mamografia, buscando sanar a deficiência de recursos humanos quanto ao uso dos mamógrafos do SUS.

Pela qualidade do atendimento e redução dos casos de câncer de mama no país

em rede

Flavia Lima

Atualizar e aperfeiçoar técnicos e tecnólogos que operam os mamógrafos do Sistema Único de Saúde (SUS), com a finalidade de qualificar o atendimento à população e reduzir o índice de câncer de mama no país, responsável por 22% de novos casos da doença, é o que propõe o curso Processo de Trabalho do Técnico em Radiologia no Exame de Mamografia, organizado pela Coordenação-Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/Sgtes/MS).

A formação, inserida no contexto do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), do Ministério da Saúde, começou pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), onde as aulas aconteceram entre os dias 10 e 14 de dezembro de 2012, contemplando 26 profissionais dos estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Sergipe. Ainda em dezembro de 2011, foi realizada uma turma piloto do curso, em Brasília, que abarcou 56 profissionais indicados pelas instituições que integram a RET-SUS. Ao todo, serão dez turmas a serem oferecidas em todo o país, para cerca de 300 profissionais dos serviços.

Segundo a coordenadora-geral (interina) de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Deges, Maria Ivanildes Resende de Oliveira, a iniciativa leva em consideração a política de combate ao câncer, uma das prioridades do atual governo, que vem dando ênfase ao atendimento à saúde da mulher, com foco no câncer de mama e do colo de útero, bem como alguns problemas identificados pela pesquisa realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) quanto à distribuição e produtividade dos mamógrafos no Brasil, no primeiro semestre de 2011.

Segundo o Denasus, dos 1.514 mamógrafos que realizavam exames de mama pelo SUS em 2011, distribuídos em 1.399 estabelecimentos de saúde, 85% estavam em funcionamento. Apesar de o número de mamógrafos existentes no SUS ser quase duas vezes mais que o necessário para cobrir toda a população brasileira, conforme parâmetro do Instituto Nacional do Câncer (Inca) de um aparelho para cada 240 mil habitantes, a distribuição geográfica — cerca de 44% dos aparelhos estão no Sudeste — e o baixo nível de produtividade são entraves à plena oferta do exame. Quanto ao segundo problema, esse é causado por ausência de manutenção (22,7%), deficiência de recursos humanos (18,8%) e falta de insumos (14,7%).

Consultora técnica de Educação Profissional e de Educação Permanente, Guadalupe Paranaçu de Santana informa que, em dezembro de 2009, o De- ges iniciou o processo de elaboração das diretrizes e orientações para a formação do técnico em radiologia, publicadas em 2011 e disponibilizadas para todas as instituições da RET-SUS. Com a pesquisa do Denasus, revelando necessidade de atualização dos profissionais já instalados nos serviços de mamografia do SUS, iniciou-se a elaboração do curso, propriamente dito.

O curso tem 40 horas, com aulas teóricas e práticas. “A parte teórica destina-se às políticas públicas do SUS, com foco na radiologia e no câncer de mama, e às novas tecnologias, e a parte prática será ministrada nos hospitais”, revela Guadalupe. No Ceará, as aulas teóricas foram realizadas na ESP-CE e as aulas práticas, no recém-inaugurado Hospital da Mulher de Fortaleza e no Instituto de Prevenção do Câncer do Ceará, localizado na capital.

Coordenadora do Núcleo de Educação Profissional em Saúde da ESP-CE, Maria Ivanília Tavares Timbó acredita que a troca de experiências é um dos pontos fundamentais dessa formação que chega no momento de expansão da Rede de Atenção Básica à Saúde do Ceará através da construção de três grandes hospitais regionais nos municípios de Sobral, Cariri e Quixadá. “O curso vem agregar-se à política de educação permanente do estado, formando pessoas com mais capacidade técnica para atuar nessas novas unidades”, observa.

Física-médica do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP), a professora do curso Tânia Furquim acredita que a atualização qualifica o trabalhador nas suas práticas cotidianas na perspectiva da educação permanente em saúde. O mesmo observa a médica radiologista e professora do Curso Superior de Radiologia da Universidade Federal do Paraná, Neysa Tinoco Regattieri, também docente desta atualização. Para ela, este curso faz com que o técnico deixe de ser “um mero apertador de botão” e entenda o porquê de estar utilizando o equipamento. “Dessa maneira, iremos melhorar a qualidade, aperfeiçoar e democratizar o conhecimento, permitindo que todos tenham acesso. O equipamento é importante, mas a peça principal é quem está atrás dele”, destaca.

■ Avanço tecnológico

Técnica em Radiologia desde 1980, Tânia Viana Mesquita veio de Recife, Pernambuco, para participar do curso na ESP-CE. Para ela, a formação deveria ser


oferecida em todos os setores da Radiologia, não só na mamografia. “Esse é um evento importante para todos nós profissionais da Radiologia, independente da especialidade”, declara. Para ela, o profissional precisa ser constantemente atualizado, uma vez que o avanço tecnológico está para todos. “Se você não se atualiza, não tem como dar à população uma resposta correta e, conseqüentemente, um diagnóstico seguro”, afirma.

Única técnica em Radiologia da unidade de saúde em que trabalha, localizada no município de Crateús, sertão do Ceará, Antônia Lucia Penha Torres Leitão acredita que todo aprendizado é válido, quando o objetivo é melhorar a saúde da população. “É preciso se capacitar, pois assim teremos conhecimento em relação à qualidade dos exames e ao tratamento com as pacientes, além de obter informações sobre a questão da radiação”, diz.



Para a técnica em Radiologia Nerice Silva dos Santos, as novas tendências e a atualização do conhecimento são os principais benefícios desse curso. Moradora de Fortaleza e trabalhando na área há seis anos, ela afirma que conseguiu esclarecer algumas dúvidas, a exemplo da dose correta de radiação nos pacientes. “Eu sabia do risco, mas não tinha noção do quanto era perigoso. Aqui, pude conhecer o aparelho, obter informações técnicas e conhecimentos quanto à questão da qualidade da imagem e do tratamento com as pacientes”, revela a técnica, afirmando que pretende levar o conhecimento adquirido para as colegas de profissão do Instituto de Prevenção do Câncer, onde atua. “Meu objetivo é aprender bastante, fazer uma síntese geral e repassar para meus pares”, finaliza. ■

Amplamente ocorrido no 10º Abrascão reitera necessidade de investimento na saúde pública e abre espaço para o debate da saúde do trabalhador e da qualificação profissional técnica do setor.



Saúde é desenvolvimento e, país sem desigualdades

capa

Flávia Lima e Jéssica Santos

Aproximadamente oito mil pessoas, entre pesquisadores, gestores e profissionais da saúde, se reuniram na décima edição do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, realizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), entre os dias 14 e 18 de novembro de 2012, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. Sob o tema *Saúde é desenvolvimento: ciência para a cidadania*, o evento se destacou mais uma vez pelo sua grandiosidade: 32 cursos, 22 seminários, 15 oficinas, 160 painéis, 60 mesas-redondas, 45 palestras e seis debates. O 10º Abrascão, como ficou conhecido o evento, defendeu mais recursos para a saúde pública e realçou a necessidade de um país sem desigualdades.

Para o então presidente da Abrasco, Luiz Augusto Facchini — no encerramento, ele passou o comando para o médico Luis Eugênio Portela, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/Ufba), para o triênio 2013-2015 —, o Abrascão superou as expectativas, não somente pela sua magnitude, mas porque se propôs a ser uma ponte entre sociedade e governos, chamando atenção para que a saúde seja prioridade governamental. "Este é um rico espaço de articulação política que conta com a presença de gestores, profissionais, trabalhadores da saúde e da população", salientou.

A escolha do tema desta edição deveu-se ao momento em que o país atravessa, de crescimento econômico, anunciou Facchini. "A saúde agora precisa ocupar lugar central na agenda política do país, para que tenhamos uma relação mais igualitária entre os indicadores econômicos e os da saúde e da educação", afirmou, observando que a sexta maior economia do mundo não pode ocupar a 60ª posição nos indicadores sociais. "Não queremos um SUS segmentado, com uma atenção básica pobre e com os serviços especializados a mercê de interesses privados. Queremos redes integradas de saúde para atender exclusivamente os usuários do SUS", resumiu.

A cerimônia de abertura, realizada na noite do dia 15/11, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), contou com a presença do ministro da saúde, Ale-

xandre Padilha, que reafirmou que o país passa por um momento decisivo para a consolidação do SUS. “Na última década, tiramos 40 milhões de pessoas da miséria e, hoje, elas estão na classe média. Ao mesmo tempo, temos 50 milhões de usuários de planos de saúde privados. Temos que lutar muito para garantir que o SUS continue sendo um projeto do povo brasileiro. Precisamos convencer a sociedade de que o SUS é fundamental para termos um país desenvolvido”, frisou. Ao fim de sua fala, Padilha convidou a líder comunitária Palmira Lopes, de 72 anos, do Movimento Popular de Saúde da Paraíba, para subir ao palco. Ela recitou versos de sua autoria, em defesa do SUS e contra a privatização do sistema: “O SUS não pode privatizar! Foi uma conquista de todos, da luta popular”, disse, sob aplausos efusivos.

O primeiro grande debate realizado no 10º Abrascão, no dia 15 de novembro, teve como tema *Situação de saúde no Brasil hoje: desafios e perspectivas*. Mediada pelo então presidente da Abrasco, Luiz Facchini, a mesa contou com a participação de Jarbas Barbosa, secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), do médico e epidemiologista Cesar Victora, professor da Universidade Federal de Pelotas (RS), e da socióloga Cecília Minayo, pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudo de Violência e Saúde Jorge Carelli (Claves), da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz).

Jarbas Barbosa apresentou características da situação de saúde do país, fortemente marcada por transições demográfica e epidemiológica. “Nós não tivemos no Brasil e, em quase nenhum lugar do mundo, transições lineares, de substituição. O que tivemos, na verdade, foi uma mudança no perfil de mortalidade”, destacou, apontando para a emergência das doenças crônicas não transmissíveis, que não substituiu os índices de doenças transmissíveis.

Os determinantes sociais da saúde (DSSs) precisam também ser levados em consideração, quando se trata da relação entre saúde e desenvolvimento, apontou. “Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2011) revelam que boa parte da população não tem acesso regular à coleta de lixo nem às redes de esgoto e de água. O analfabetismo é outro exemplo que cito para discutir isso, pois ainda atinge cerca de 13 milhões de brasileiros. Melhorou muito, mas, no Nordeste, temos ainda a pior situação: aproximadamente 35% das pessoas com mais de 50 anos são analfabetas”, citou.

O secretário fez menção ainda à proliferação da dengue no país (transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*). A doença, segundo ele, no passado, era considerada ocasional. Hoje, entretanto, devido a mudanças de comportamento e das condições sociais, como urbanização acelerada, fizeram desta doença epidêmica, com possibilidades de controle relativamente limitadas. “Todas as condições sociais e ambientais que favorecem o crescimento e a dispersão do mosquito persistem de maneira importante”, comentou, destacando que muitas outras doenças também desafiam continuamente o sistema de saúde público.

Segundo Barbosa, o cenário de mudanças atinge o perfil da população: enquanto o déficit de altura — importante indicador de desnutrição — caiu de 29,3% (1974-1975) para 7,2% (2008-2009) em meninos e de 26,7% para 6,3% em meninas, o excesso de peso aumentou significativamente entre os meninos e rapazes de 10 a 19 anos de idade, passando de 3,7% para 21,7%, e, entre as meninas e moças, de 7,6% para 19,4%, no mesmo período.

Com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Barbosa informou que o déficit



Padilha ao lado de Palmira: 'O SUS é fundamental para termos um país desenvolvido'

de altura entre crianças menores de cinco anos foi de 6% no país e o excesso de peso, em 2008, atingia 33,5% das crianças de cinco a nove anos, contra 11% em 1974 e 1975. “Uma série de modificações é condicionante do processo saúde-doença e desafia o SUS”, frisou.

No que se refere à mortalidade infantil, o secretário apontou dados que mostram uma redução importante desses índices. No período de 1990 a 2011, a taxa caiu de 47% para 15% por mil nascidos vivos. “Há um conjunto de intervenções sociais e de saúde que explicam essa redução, a exemplo da melhoria das condições sanitárias, de vacinação e tratamento adequado de infecções respiratórias”, descreveu.

A transição epidemiológica é também marcada pela redução da mortalidade materna, passando de 141 (1990) para 68 mulheres (2010) para 100 mil nascidos vivos. A queda, ocorrida com mais intensidade até o início dos anos 2000, deve-se à ampliação do acesso ao pré-natal — atualmente, 98% dos partos são feitos em hospitais e 89% por médicos. “Apesar da redução, ainda persiste um número importante. Como envolve uma cadeia de cuidados à saúde da mulher, seguramente que o esforço para reduzir esse patamar em que o Brasil se encontra exige um conhecimento de todas as etapas desse circuito de atenção à gestante, capaz de eliminar barreiras que ainda temos para fazer com que esse indicador alcance nível indicado [a Meta do Milênio das Nações Unidas estabelece taxa de 35 mortes maternas para cada 100 mil nascidos vivos até 2015]”, afirmou.

Jarbas destacou ainda que várias doenças estão ligadas a populações mais vulneráveis e dizem respeito a barreiras sociais, culturais e econômicas que impedem essas pessoas de alcançar os serviços de saúde. “O grande desafio hoje é olhar com maior atenção para as populações mais vulneráveis e estabelecer estratégias adequadas para elas”, finalizou.

Coube a Cesar Victora tratar dos oito Objetivos do Milênio (ODM), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a serem alcançados por todos os países até 2015. São eles: acabar com a fome e a miséria; educação básica de qualidade para todos; igualdade entre sexos e valorização da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a aids, a malária e outras doenças; qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e todo o mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

O professor citou artigos publicados na revista inglesa *The Lancet*, uma das mais influentes publicações médicas do mundo, que em 2012 lançou um volume especial dedicado à saúde dos brasileiros. Composta de seis artigos, alguns inerentes aos ODMs, a publicação reuniu 29 especialistas em saúde pública de diversas instituições acadêmicas e de pesquisa do Brasil, Estados Unidos e Inglaterra. Victora destacou um dos temas tratados na revista: os avanços do SUS. “É fato que 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil são gastos em saúde, o que demonstra claramente que o SUS está subfinanciado”, informou.

Ele também falou sobre o artigo desta publicação que tratou da redução da mortalidade infantil, Meta do



Para Facchini (ao centro), a saúde precisa ocupar lugar central na agenda política do país.

Divulgação Rocha RS

Milênio número quatro. Segundo Victora, a queda nas taxas de crianças menores de cinco anos, passando de 19 óbitos por 1.000 nascidos vivos, em 2008, para 47,1 óbitos por mil nascimentos, em 1990, deveu-se em parte à erradicação da diarreia. A proposta é chegar ao que estabelece as Nações Unidas, reduzindo esse número para 17,9 óbitos por mil, até 2015.

No encerramento do debate, Cecília Minayo falou sobre demografia e violência da população brasileira. Para a pesquisadora, as condições de vida são determinantes para se atingir qualquer objetivo que se relacione à melhoria da saúde da população. De acordo com a pesquisadora, em todas as regiões do país, houve aumento da expectativa de vida, resultado da longevidade e da redução da mortalidade. Na mesma direção, destacou, houve crescimento dos índices de violência no país, em especial da violência doméstica. “Será mesmo que este tipo de violência aumentou ou o que cresceu foi o número de notificações?”, provocou.

Na mesma proporção em que aumenta a população de idosos, cresce os índices de suicídios desse grupo populacional. A afirmação feita pela socióloga baseia-se na pesquisa *É possível prevenir a antecipação do fim? Suicídio de idosos no Brasil e possibilidades de atuação do setor saúde*, realizada entre 2010 e 2012 pelos pesquisadores do Claves e de programas de pós-graduação e serviços de saúde de diversos estados brasileiros, que aponta que a maioria dos idosos que comente suicídio são homens. O estudo, cujo objetivo principal foi conhecer as circunstâncias em que os idosos estão morrendo por suicídio no Brasil, identificou que, nos triênios de 1997–2000 e 2003–2006, 3.039 municípios brasileiros tiveram registros e casos de suicídio de pessoas com mais de 60 anos. Isso corresponde a 54,6% do total de municípios. De 1980 a 2008, as taxas de suicídio na população geral no país passaram de 4,0 em cada 100 mil habitantes para 4,8. Esses índices foram mais ou menos constantes e demonstram uma leve tendência de crescimento.

De acordo com Cecília, esse crescimento suave — porém consistente — deve-se, sobretudo, ao crescimento das mortes autoinfligidas na população masculina de todas as idades e, especialmente, na população acima de 60 anos. Dos 50 municípios brasileiros com os índices mais elevados de mortes autoprovocadas entre pessoas acima de 60 anos, 90% estão no Sul. O Norte é a região que apresenta as menores taxas. Constatou-se também que os idosos morrem principalmente em suas próprias residências (51%). “O desafio para a saúde pública em relação à prevenção do suicídio de idosos é oferecer serviço e benefício que permitam a essas pessoas uma vida digna e ativa, o que depende especialmente da solidez das políticas de seguridade social”, orientou.

Ainda sobre as Metas do Milênio, no dia 16 de novembro, Lenice da Costa Reis, doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/



Fiocruz), e Elizabeth Meloni, professora da Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Pesquisa Populacional Aplicada pela Universidade de Exeter (Inglaterra), discutiram o tema *Qualidade e segurança da atenção ao parto: desafios para a 5ª Meta do Milênio*. A conclusão da mesa é que o Brasil, mesmo diminuindo os números de mortalidade materna — desde 1990, foi registrada redução de praticamente 50% —, o país não chegará aos índices estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) na Meta do Milênio número cinco, ou seja, reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.

Segundo Lenice, entre 2009 e 2011, a redução dos índices de mortalidade materna foi pequena — no primeiro semestre de 2011, foram registradas 705 mortes maternas, ante 870 no mesmo período de 2010, ou seja, uma redução de 19% —, apesar de o país contar com diversas tecnologias para diminuir o problema. Entre as principais causas de morte materna apontadas pela pesquisadora estão os transtornos hipertensivos, as infecções puerperais, as hemorragias e os problemas ligados à atenção à saúde da mulher, do pré-natal ao pós-parto.

Lenice apresentou pesquisa em que trabalhou, através da qual fez uma revisão sistemática dos fatores de riscos no âmbito da mortalidade materna. O objetivo foi levantar e sistematizar as evidências sobre o tema e eventos adversos relacionados à qualidade de atenção ao parto e métodos para identificação da morbidade materna severa nas maternidades. Entre as questões relacionadas ao parto, a pesquisadora citou a falha ao reconhecer e responder de modo adequado ao sofrimento fetal pré-parto e incapacidade de realizar cesarianas em momento oportuno. “Temos de desenvolver mais tecnologias de apoio para melhorar a qualidade e a segurança do atendimento à paciente, buscando minimizar esse grave problema”, revelou.

Na observação de Elizabeth Vieira, 93% dos casos de morte materna poderiam ser evitados. “Entretanto, se não investigarmos as causas dessas mortalidades, não poderemos entender as falhas que existem no sistema de saúde”, reconheceu. A pesquisadora destacou que, com um pré-natal de qualidade, as chances de se evitar a mortalidade materna são maiores. Nesse sentido, se faz necessário que gestores e profissionais de saúde invistam em trabalhos de pesquisas, de investigação e monitoramento para saber o que está acontecendo realmente no país.

■ Saúde do trabalhador da Saúde

Políticas públicas de saúde, condições de trabalho e segurança do trabalhador do sistema de saúde público foram os temas abordados na mesa redonda *As relações e as condições de trabalho dos trabalhadores da Saúde diante da implantação e consolidação das políticas de Saúde*, realizada no dia 16 de novembro, no auditório da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para a professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenadora da Rede Latino-Americana de Atenção à Saúde dos Trabalhadores da Saúde, Ada Avila Assunção, é grande o nível de insatisfação e queixa por parte dos trabalhadores da Saúde. “Os trabalhadores fazem o máximo com o que tem. A organização do trabalho desconhece a realidade do contato entre quem acolhe e quem é acolhido. Há uma contradição entre o modelo que organiza o atendimento e a notícia que damos à população de que todos seriam atendidos”, descreveu. “O dia a dia do acolhimento não é equipado para um adequado encaminhamento e cuidado que o usuário solicita e necessita”, acrescentou.

De acordo com Ada, fatores como pouca ou nenhuma informação sobre os riscos a que os trabalhadores estão expostos, fragilidade dos mecanismos de assistência aos acidentados e doentes, ausência de comunicações diretas com a gestão, avaliação de desempenho exclusivamente quantitativa, entre outros, podem atingir a rotina do trabalhador de saúde. “Posso afirmar que, hoje, o suporte social é inversamente proporcional à qualidade do cuidado e à situação de saúde dos trabalhadores”, apontou, observando que, quando há suporte, os trabalhadores adoecem menos. “É onde reside a qualidade de saúde do trabalhador”, destacou.

Na avaliação de Ada, os danos mentais adquiridos pelos trabalhadores de saúde são maiores que os da população em geral. “Há uma frequência maior, não esperada, de adoecimentos psíquicos de transtornos mentais comuns, como ansiedade e depressão, entre os trabalhadores de saúde. E isso ocorre independente do setor onde esteja atuando”, disse, em alusão ao livro *Panorama da Saúde dos Trabalhadores da Saúde*, organizado por Ada e pelo coordenador-geral de Saúde do Trabalhador da SVS/MS, Jorge Huet Machado.

Outro problema inerente à saúde do trabalhador do SUS, citado pela professora, foi a violência no ambiente de trabalho. Para Ada, é preciso definir estratégias para evitar eventos violentos. “Já existe um esquema para isso”, anunciou, mencionando os prospectos que orientam o trabalhador sobre formas de evitar a escalada de eventos agressivos, produzidos pela Organização Mundial da Saúde e pelas agências de saúde do trabalhador europeia, americana e canadense. “Há um material que recomenda ao trabalhador não ficar isolado em zonas vulneráveis, estar sempre acompanhado de um colega etc. São protocolos específicos”, exemplificou.

Em sua análise, o sistema de vigilância da saúde do trabalhador brasileiro é frágil. E esse universo é bastante grande. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), existem no Brasil 59,8 milhões de trabalhadores de saúde, e há 2,5 milhões de empregos formais ligados à saúde. No entanto, a falta de suporte está fazendo com que esses trabalhadores não se sintam seguros em sua rotina. “Queremos melhorar a saúde da população, atender à expectativa das pessoas, mas o trabalhador é avaliado quantitativamente”, criticou. Segundo a especialista, a maior crise que existe na unidade básica é a de comunicação. “Então, os trabalhadores passam a fabricar mecanismos improvisados, e isso tem adoecido os profissionais”, finalizou.

■ Formação técnica para ABS

A reforma da atenção primária implantada no município do Rio de Janeiro esteve no centro do debate do painel *Tecnologia de atenção básica e desafios da informação*, realizado no dia 16 de novembro, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Representando a Prefeitura do Rio no Abrascão, o subsecretário de Atenção Primária, Vigilância e Promoção da Saúde, Daniel Soranz, afirmou que a meta é, até 2016, elevar a cobertura em Saúde da Família na cidade a 70%. “Até 2008, o Rio tinha 82% do gasto com atenção hospitalar. Éramos um dos piores indicadores do país e o menor financiamento público entre as capitais. De 2009 a 2011, a cidade sofreu a maior reforma do sistema de saúde de todos os tempos e o panorama mudou: das 804 equipes de saúde da família implantadas no Brasil neste período, 476 (59,2%) foram no Rio”, contou Soranz, para quem essa reforma representou também mudança no modelo de atenção à saúde.

Ele revelou que o Rio não tem nenhuma unidade de atenção primária que não seja Saúde da Família. “A reforma da atenção primária da cidade se deu em três áreas: organizacional; administrativa; e do modelo de atenção”, explicou.

O subsecretário disse que, para tal, a Prefeitura do Rio tomou como base ações e políticas de saúde de países desenvolvidos. “Visando à organização dos serviços, criamos a Carteira Básica de Serviços, para acompanhar mensal-



Seguindo a tradição, intervenções e manifestações culturais pelos corredores do Abrasco.

Divulgação Rocha RS

mente o paciente”, exemplificou. Segundo ele, o sistema de monitoramento, apelidado de Carteirômetro, verifica mensalmente o que é preciso fazer para que a unidade possa oferecer os serviços daquela carteira. Além disso, acrescentou, foram implantados os prontuários eletrônicos. “Até 2008, a prefeitura do Rio não tinha nenhuma unidade com prontuário eletrônico”, contou.

Soranz, no entanto, admitiu que o Rio carece de escolas técnicas para formar trabalhadores da saúde, com foco na atenção básica que está sendo implantada. Segundo o secretário, o desafio é ter mais escola para formar segundo as necessidades do SUS. “Temos poucas escolas com estrutura. Precisamos investir em instituições de ensino do estado, para que tenham capacidade de formar nossos profissionais como técnicos. A meta da prefeitura é que todos os trabalhadores da Saúde, que estão nas unidades básicas de Saúde da Família, tenham, no mínimo, uma qualificação técnica para poder atender a população”, salientou.

No dia 15 de novembro, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) realizou, no Pavilhão Brasil, na UFRGS, a oficina *Formação e qualificação profissional técnica em saúde: um debate necessário* que tratou, dentre outros temas, da falta de informação e da qualificação profissional. Segundo Júlio França, professor e pesquisador da EPSJV, a oficina teve como objetivos centrais apresentar investigações das áreas Trabalho, Educação e Saúde e discutir o conceito de qualificação no âmbito social.

Doutora em Administração e integrante do Grupo de Trabalho (GT) em Educação em Saúde da Abrasco, Isabela Cardoso afirmou em sua explanação ser central conhecer os profissionais técnicos e seus processos de trabalho,

norteando o debate. Ela apresentou uma pesquisa desenvolvida pelo GT, intitulada *Trabalho e Educação na Saúde: uma revisão sistemática do estado da arte 1990 a 2010*, evidenciando que cerca de 70% dos estudos são focados na formação e na capacitação dos trabalhadores e, destes, a maioria é sobre o processo pedagógico. Segundo ela, apenas 20% dos estudos sobre os trabalhadores da área retratam aqueles de nível técnico, em especial, o de enfermagem. “É preciso conhecer estes trabalhadores, entender que são sujeitos capazes de avaliar e propor, perceber que eles são socialmente sensíveis a todas as transformações do processo de trabalho”, sugeriu.

A coordenadora da pós-graduação em Educação Profissional em Saúde da EPSJV, Neide Luiz, apresentou em seguida o histórico do conceito de qualificação e competências. No Brasil, disse, a discussão voltou à tona na década de 1990, no contexto de aumento da flexibilização das relações de trabalho e de desemprego. Enquanto que, na Europa, o debate reaparece nos anos 1980. Para ela, o problema central não é o desemprego, e sim o fato de não haver vagas nem pessoas qualificadas. A consequência é soluções de empresários interferindo no processo pedagógico, na construção e na origem de cursos. Ou seja, ditando os rumos da educação profissional.

A professora mostrou que a mudança de qualificação profissional para o conceito de competências profissionais apareceu após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com o Decreto 2.208/97, definindo os objetivos da educação profissional e os critérios de formulação dos currículos plenos dos cursos do ensino técnico, e que esse deslocamento mantém relação com as novas formas de produção.

De acordo com Neide, desde então, o caráter coletivo no trabalho foi acabando e os processos de trabalho passaram a ser orientados pelo reconhecimento de competências profissionais. “Cada pessoa passa a ganhar determinado salário, tem sua jornada flexibilizada, além do trabalho individualizado. E isso é muito claro no chão de fábrica de hospitais, com as suas metas, relações de trabalho etc”, criticou, defendendo a retomada da qualificação como formação social. “É preciso ter uma concepção de formação clara, para que ela consiga cumprir o seu objetivo, mesmo que haja, por determinação legal, a exigência da avaliação por competências”, orientou.

Representantes das escolas da RET-SUS, presentes ao Abrascão, destacaram os relevantes espaços de debate sobre o tema da qualificação profissional técnica em saúde. Para Elânia Moraes Sant’Ana, enfermeira apoiadora da primeira unidade descentralizada da Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis (ETSUS-BA), esta foi uma oportunidade de compartilhar experiências sobre a educação profissional já praticadas pela escola. “Volto do Abrascão animada, cheia de boas ideias que, certamente, contribuirão para o exercício da minha função enquanto integrante da ESTUS-BA”, disse. Para ela, o congresso da Abrasco, ao abrir espaço para o tema do ensino técnico em saúde, permitiu apresentar o quanto a escola tem contribuído para a valorização profissional, na perspectiva de formação de cidadãos emancipados, comprometidos e militantes do SUS. “É muito bom poder representar a nossa escola e levantar a bandeira da formação técnica em um espaço que ainda é muito acadêmico”, opinou.

Fernanda Silva e Renata Diniz, do Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa Souza (Cefope), no Rio Grande do Norte, apresentaram no congresso trabalhos relacionados ao centro formador. Entre eles a pesquisa *Avaliação dos conhecimentos aprendidos no Curso Técnico em Saúde Bucal no Cefope-RN: um olhar da articulação ensino-serviço*, cujo objetivo foi avaliar os conhecimentos e os métodos de educação em saúde bucal dos auxiliares em saúde bucal, durante o exercício de suas atividades no serviço público de saúde dos municípios de São José de Mipibu, Nísia Floresta e Monte Alegre.

Segundo Fernanda, o estudo aponta que 88% dos auxiliares afirmaram ter conhecimentos sobre educação em saúde e 40% definiram a prática como “orientação ao paciente”. “Quando foram questionados se utilizavam algum método de educação em saúde durante suas atividades, 58% responderam afirmativamente. Já, quanto ao tipo de método utilizado por esses profissionais, observou-se que 48% optaram pelas técnicas de escovação e apenas 20% fizeram uso de palestras educativas”, contou.

A superintendente de Educação da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG), Fernanda Maciel, apresentou estudo sobre a instituição de ensino, referente ao período de 1947 a 2011, em que analisa comparativamente as ações educacionais. De acordo com Fernanda, neste período, foram oferecidos 492 cursos, entre técnicos e de aperfeiçoamento, para 13.344 profissionais. “A formação de profissionais de nível médio teve grande importância em toda a trajetória da instituição, principalmente nos anos 2000, com cursos voltados para auxiliares em enfermagem e agentes comunitários de saúde”, informou.

■ Privatização da Saúde

O tema da privatização da saúde foi tratado em diversas mesas e painéis e norteou o debate *Público x Privado no Sistema de Saúde Brasileiro*, realizado no último dia do Abrascão, no auditório do Salão de Atos da Reitoria da UFRGS. “Concordo que houve ampliação do acesso aos serviços de saúde no Brasil. O Ministério da Saúde diz que somos o único país com mais de 100 milhões de pessoas utilizando o SUS, que temos o maior sistema de saúde do mundo. Mas, o correto é afirmar que somos o segundo maior mercado de plano de saúde do mundo”, criticou a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e então vice-presidente da Abrasco, Lígia Bahia. Ela dividiu a mesa de debate com o médico sanitário e professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade de Campinas (Unicamp), Gastão Wagner de Sousa Campos. O terceiro convidado deste debate foi o diretor da Amil, Paulo Marcos Senra Souza, que não compareceu.

Logo na abertura, Lígia fez um panorama do mercado de planos de saúde no Brasil. “É um mercado em plena expansão; o preço do plano de saúde aumenta mais que a inflação; e existe uma expansão dos planos baratos. Ainda que não seja nada barato uma pessoa que recebe um salário mínimo pagar R\$ 40,00 para três pessoas na família. Além disso, esses planos têm menor cobertura”, observou a professora.

Lígia destacou ainda que Vitória, no Espírito Santo, é a cidade com maior cobertura de plano de saúde em todo o Brasil. “É a cidade com melhor Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) e com a maior assistência de plano de saúde, atingindo 75,5% da população. Isso é uma contradição”, disse.

Segundo ela, existem no Brasil 1.386 empresas de planos de saúde (320 só de planos odontológicos), movimentando um total de R\$ 83,4 bilhões. De acordo com a pesquisa que realizou sobre o tema, intitulada *Dinâmica e Tendências do Mercado de Saúde Suplementar no Contexto da Regulação*, estão em vigor 47.611.636 contratos de planos de saúde e 16.805.450 de planos odontológicos. A professora revelou ainda que, em virtude do sucateamento do SUS, o aumento do valor dos planos de

saúde foi maior que o da inflação em 2012, e o número de usuários também subiu. “Os planos de saúde crescem mais que a população brasileira, e o preço do plano de saúde é intrinsecamente inflacionário”, denunciou.

Lígia ressaltou que o fortalecimento do mercado da saúde se deu através do próprio Estado. A professora citou atuações públicas que favorecem o setor privado, como créditos e empréstimos, associação de banco estatal — neste caso, da Caixa Econômica Federal — com investidores que atuam no mercado de assistência suplementar, gastos com planos privados para servidores públicos e auxílio na obtenção de empréstimos de bancos internacionais. “Nossa tendência é elevar o gasto privado, pois estamos aprofundando a privatização do sistema. O Estado brasileiro que paga para que os servidores públicos tenham um plano de saúde é o mesmo governo que diz que é a favor do SUS”, observou.

Por fim, Lígia informou que a Amil, uma das maiores operadoras de planos de saúde, foi vendida para uma empresa internacional. “Acredito que o diretor [Paulo Marcos Senra Souza] não compareceu ao evento por conta da venda recente da empresa. É claro que essa movimentação terá impacto. Outra evidência é que, com os R\$ 10 bilhões adquiridos com a venda, a Amil comprará hospitais na crise portuguesa”, concluiu.

Para Gastão Wagner, a luta por um sistema de saúde eminentemente público carece de fortalecimento. “Não podemos achar que a única transformação é por meio de uma revolução. Nós podemos e devemos agir gradativamente”, afirmou. Para o professor da Unicamp, o SUS já

está privatizado por dentro e, segundo ele, um exemplo claro disso são as metas impostas a funcionários e unidades de saúde. “Sempre acreditamos que o sistema público não funciona e começamos a adquirir lógicas do mercado como o de competição entre unidades de saúde. Os que alcançam melhores índices ganham investimentos, aqueles que não conseguem continuam sem atenção. Daqui a pouco, só teremos hospitais bons no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, enquanto os da Paraíba e Manaus continuarão sem recursos e acabarão”, reconheceu.

Gastão acredita que o primeiro passo a ser dado é acabar com a carga ideológica que o setor público carrega, identificado pela ineficiência e pela baixa qualidade. “Isso aumenta a crença de que a privatização é a solução para os problemas do SUS. Chamar a saúde de mercado de saúde suplementar é um eufemismo”, reclamou o professor, lembrando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que limita o percentual de gastos com pessoal, como ponto de mudança importante. “O SUS gasta cerca de 70% com pessoal. Então, a LRF é perversa. Se não pode reformar, muda o item que determina a porcentagem, mesmo que seja somente para a saúde e para a educação, que são casos especiais. É simples, é só seguir os padrões internacionais”, recomendou.

Ele defendeu a ampliação do financiamento da saúde. “O investimento atual, de 3,5% do PIB, é muito baixo para um sistema que se pretende universal”, disse, comparando a outros sistemas de saúde desse tipo que gastam cerca de 8% do PIB. “O desafio é convencer a sociedade a apoiar o SUS”, finalizou. ■



Abrascão manifesta-se contrária à privatização do SUS.

Em cinquenta anos, o Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Assis formou mais de 10 mil trabalhadores do sistema de saúde de São Paulo.

Cefor Assis: cinquentenário de sucesso na formação técnica em saúde

escola em foco

Flavia Lima, com colaboração de Alex Calheiros (estágio supervisionado)

Força de vontade é a expressão que define a trajetória da técnica em Enfermagem Neuza da Cruz Lima, 47 anos, discente do Centro Formador de Pessoal para a Saúde (Cefor) de Assis, em São Paulo, escola técnica do SUS que completou 50 anos em novembro de 2012. A ex-faxineira de uma fábrica de automóveis em Sorocaba, interior de São Paulo, e mãe de três filhos orgulha-se por fazer parte dessa história. “Eu queria vencer, avançar profissionalmente. Por isso, me esforcei, corri atrás e hoje estou muito feliz”, conta a formanda do Curso Técnico em Enfermagem e aluna do curso de Especialização Pós-Técnica em Urgência e Emergência dessa instituição. A escola permitiu à Neuza conseguir um primeiro emprego na Saúde e o progresso profissional na área. “Depois do Técnico em Enfermagem, resolvi me especializar. Fiz vários cursos. Hoje sou grata ao Cefor Assis e a toda a direção, que sempre me apoiou”, reconhece.

A trajetória na formação técnica em saúde do estado de São Paulo do Cefor Assis iniciou no dia 27 de novembro de 1962, quando a instituição foi criada como Escola de Auxiliar de Enfermagem de Assis, sob o objetivo de oferecer qualificação profissional para auxiliares de enfermagem do serviço público estadual que atuavam sem a devida qualificação. Em 1987, transformou-se em centro formador e passou a oferecer turmas descentralizadas, aumentando dessa forma sua oferta de cursos.

Segundo o diretor Iorrani Bispo dos Santos, a primeira ação da escola antes de oferecer um curso descentralizado é identificar a demanda e a necessidade dos serviços de saúde e dos Colegiados de Gestão Regional, para em seguida articular com as instituições de saúde. “É a partir daí que identificamos o público para os cursos. Depois, os profissionais dos serviços de saúde que têm ou não aproximação com o processo ensino-aprendizagem e iniciamos o processo de capacitação pedagógica para docentes e coordenadores de curso”, relata. Depois dessa fase, acrescenta, são estabelecidos os critérios para execução dos cursos e um cronograma de visitas nas turmas em execução, para o acompanhamento técnico-administrativo-pedagógico.

Santos informa que hoje o Cefor Assis faz parte de um grupo de seis escolas da Secretaria de Estado de Saúde e abrange os departamentos regionais de Saúde de Araçatuba, Bauru, Marília e Presidente Prudente, abarcando um total de 216 municípios.

De acordo com o diretor, toda a demanda de educação profissional de nível médio para o SUS é articulada na escola, bem como a organização de todos os cursos na forma de integração curricular e a utilização de metodologias ativas que superam o modelo tradicional do processo ensino-aprendizagem. “Nosso maior desafio hoje em dia é nos tornarmos referência para formação de nível téc-



nico na área da saúde para o estado e termos visibilidade perante nossos próprios parceiros”, observa, lembrando que a escola já ofereceu cursos de Auxiliar e Técnico em Enfermagem, Auxiliar em Saúde Bucal, de Formação de Conselheiros de Saúde, formação inicial do Agente Comunitário de Saúde e Especialização Pós-Técnica em Urgência e Emergência.

Em 50 anos, já são mais de 10 mil alunos formados pelo Cefor Assis, que conta para tanto com coordenadores pedagógicos, coordenadores locais e docentes. “São profissionais que acreditam na nossa proposta de formação para o SUS. Temos como ponto forte a nossa capacidade de descentralização, de diversificação da nossa formação nos municípios. Desta maneira, garantimos a qualidade do ensino e sua articulação com os serviços de saúde, reafirmando um dos nossos princípios filosóficos que é a integração ensino-serviço-comunidade. Hoje somos uma escola de relevância social”, afirma.

Os futuros desafios do centro formador serão os novos cursos contemplados pelo Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), do Ministério da Saúde, que serão realizados em 2013. De acordo com Santos, a princípio, estão previstos nesse contexto os cursos técnicos em Hemoterapia, Citopatologia e Saúde Bucal e a Especialização Pós-Técnica em Urgência e Emergência. “Outros estão por vir, pois se tratam de cursos novos, com duração extensa, mas temos consciência que serão tão bem executados quanto os outros que nós já desenvolvemos”, afirma, lembrando que a escola também dará continuidade, com recursos do Profaps, à Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, com mais 45 turmas.

Ainda em dezembro, encerra na escola o Programa de Formação de Profissionais de Nível Técnico para a Área da Saúde do Estado de São Paulo (TecSaúde). Através de recursos dessa iniciativa, estão sendo realizados o Curso Técnico em Enfermagem, no município de Auriflora (uma turma), e a Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde (28 turmas).

Para a coordenadora de cursos Silmara Siqueira Bedusqui, há 15 anos no Cefor Assis, a instituição representa oportunidade de os alunos formarem-se em uma escola técnica dos SUS. “Estamos formando cidadãos completos. Conhecer o SUS intimamente é um grande benefício”, diz.

Segundo a coordenadora, os cursos oferecidos pela escola causam impacto positivo na vida dos alunos. “A formação tem o objetivo de requalificar, para melhorar a atuação desses profissionais no próprio local de trabalho. O ponto positivo é exatamente a melhoria da qualidade do atendimento à saúde”, observa Silmara, para quem o aluno sai da escola com a noção da realidade. “Ele sai mais crítico, reflexivo, preparado para trabalhar com a situação que enfrenta diariamente”, afirma.

Ela revela que os cursos técnicos em Enfermagem e em Saúde Bucal e a formação inicial em Agente Comunitário de Saúde são os mais procurados pelos trabalhadores do SUS. “Eu acredito que seja pela demanda e por causa da necessidade regional. Os cursos duram aproximadamente dez meses e as turmas não ultrapassam trinta alunos”, esclarece. ■

Alunos da Especialização Pós-Técnica em Urgência e Emergência do CEFORH de Pariquera-Açu destacam-se na edição 2012 da Semana do Ensino Médio e Técnico da Unicamp.

Experiências exitosas, bem-vindas e necessárias

aluno em foco

Alex Calheiros (estágio supervisionado)

Em sua segunda edição, realizada em setembro de 2012, a Mostra de Trabalhos de Cursos Técnicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, reuniu, pela primeira vez, dez projetos de uma mesma escola. O evento, dividido em comunicações orais, palestras, mesas redondas e mini-cursos, contou com a participação de dez alunos egressos da Especialização Pós-Técnica em Urgência e Emergência, destinada aos técnicos em Enfermagem, do Centro Formador de Recursos Humanos de Pessoal de Nível Médio para a Saúde (CEFORH) de Pariquera-Açu, com apresentações de trabalhos de conclusão de curso.

A edição de 2012 da Mostra de Trabalhos Técnicos da Unicamp, aberta para a comunidade em geral, fez parte da Semana do Ensino Médio e Técnico (SeEMTeC) de São Paulo e reuniu cerca de 1.700 estudantes, 130 docentes, 47 palestrantes e 150 trabalhos técnico-científicos. Os trabalhos do CEFORH foram os únicos da área de Enfermagem. "Sem dúvida, é uma grande satisfação para a escola ver seus alunos se destacando em meio a tantas outras pessoas tão capacitadas", observou Ruth Gouvêa, diretora da escola de Pariquera-Açu.

A oportunidade, segundo ela, dá visibilidade a várias experiências exitosas, beneficia o serviço oferecido pela rede pública de saúde e impulsiona o ensino técnico em saúde. "Os alunos ficaram muito motivados e incentivam outros colegas a produzirem trabalhos tão bons quanto esses que foram apresentados na Unicamp. O nível do ensino técnico em saúde cresce com isso", avaliou.



Arquivo Ceforh Pariquera-Açu

Para o egresso Fábio Cardoso Júnior, além de dar evidência a trabalhos consistentes de uma área tão antiga como a enfermagem, a mostra serviu para motivar os profissionais que já atuam nos serviços de saúde do SUS de São Paulo. “Foi muito enriquecedor para todos nós. Independentemente das nossas condições sociais, nós tivemos a possibilidade de mostrar nossa competência e capacidade para desenvolver projetos que podem auxiliar o crescimento do sistema de saúde”, disse.

■ Contribuindo com o SUS

Foram cinco meses de pesquisas bibliográficas e observações dentro do Hospital Regional Dr. Leopoldo Bevilacqua. Os egressos Eliane Melo dos Santos e Fábio Cardoso Júnior, técnicos em enfermagem, perceberam na prática o quanto o acolhimento — no sentido da ação de “estar com” ou “próximo de” —, como postura e prática nas ações de atenção à saúde, favorece uma relação de confiança e compromisso entre equipes e serviços.

O trabalho apresentado no evento da Unicamp revelou a importância do acolhimento com classificação de risco nos serviços de saúde que atendem urgências e emergências. Eles observaram minuciosamente não só o modelo de atenção à urgência e emergência praticado, mas também a grande demanda de usuários atendida e que provoca a superlotação da unidade hospitalar. “O Hospital Regional Dr. Leopoldo Bevilacqua recebe muitos pacientes devido à escassez de unidades médicas na região. São aproximadamente 24 municípios atendidos por esta unidade hospitalar e, por se tratar de um hospital de ‘portas abertas’, há desde simples consultas até os casos mais complexos. Sem dúvida isso nos deu permitiu termos muitos casos para observar”, disse Fábio.

O trabalho percebeu a atuação dos profissionais de saúde, a organização dos atendimentos e, por fim, o valor da comunicação entre os usuários do SUS e os profissionais do setor. “Apesar de já percebermos melhorias no sistema de saúde, nós avaliamos que ainda seria possível ir mais a frente e propor novas possibilidades”, revelou o ex-aluno do CEFORH.

De acordo com Fábio, a prática do acolhimento foi considerada um avanço importante na reorganização da assistência dos serviços de saúde, além de ter provocado o estreitamento da relação entre os profissionais da área. “Hoje, os médicos olham para nós, técnicos em enfermagem, com outros olhos, como possíveis interlocutores. Isso nos permitiu argumentar melhor sobre os problemas que enfrentamos”, revelou.

Outro trabalho que mereceu destaque na Mostra de Trabalhos Técnicos da Unicamp foi o desenvolvido por Marlene Gouvêa e Sandra Maria Pereira Silva. Por meio de pesquisa bibliográfica, as alunas do CEFORH buscaram entender quais as principais causas que envolveram pacientes em acidentes ofídicos no município de Miracatu, em São Paulo, entre 2010 e 2011. Elas perceberam que a maioria dos trabalhadores rurais acidentados com animais peçonhentos não utilizava o equipamento de proteção individual no momento em que foram atacados e que os procedimentos pós-acidente também não eram os ideais. A pesquisa confirmou a importância de campanhas que envolvam alunos e profissionais da área sobre a necessidade de maior atenção aos procedimentos de segurança, tendo em vista a redução dos índices de acidentes ofídicos e à economia de gastos, uma vez que o custo de medicamentos e de produção de soros específicos é alto.

Na mesma direção, os alunos Adriana Márcia Alves de Souza Lima, Gleyce Martins e Sandro Roberto Carneiro destacaram no trabalho apresentado o papel fundamental da implantação dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) para qualificar a assistência de enfermagem no procedimento de aspiração endotraqueal. A pesquisa apontou o quanto a manutenção das vias aéreas sem secreções é essencial para a prevenção de complicações pulmonares, bem como o quanto se faz necessário os técnicos em enfermagem conhecer como se realiza tal procedimento, não só para diminuir os riscos de morte, como também para proporcionar ao enfermo melhor qualidade de vida. Segundo os autores do estudo, o cuidado inadequado pode proporcionar aos pacientes inúmeras complicações, como arritmia, hipoxemia, hipertensão arterial, bradicardias ou mesmo aumento da pressão intracraniana, entre outros.

Os egressos Giselda Ribeiro Pedroso Silva, Reginalva Veiga de Souza e Shoraya Pontes Pereira de Azevedo apresentaram na Mostra de Trabalhos Técnicos da Unicamp os principais agravos atendidos na Urgência e Emergência ao idoso de Pariquera-Açu e entorno. Elas ressaltaram a importância da realização do curso técnico durante o processo, devido à proximidade que tiveram com os pacientes da região. Dentre todos os tipos de problemas enfrentados pelos usuários do sistema de saúde, o atendimento propriamente dito sempre foi uma das questões mais destacadas como problema.

A ex-aluna do CEFORH acredita que aplicar o que foi aprendido, documentando tudo em um trabalho acadêmico, foi ótima oportunidade de promover debates sobre o assunto. “A divulgação desse material é, sem dúvida, uma das mais importantes colaborações que se pode dar ao sistema de saúde”, elogiou. ■

Escola Técnica do SUS do Maranhão visita municípios do estado

A coordenadora do Curso Técnico em Enfermagem da Escola Técnica do SUS Dr^a Maria Nazareth Ramos de Neiva, no Maranhão, Ana Carolina Fernandes, e o secretário escolar da instituição, Fernando César, visitaram na primeira semana de dezembro os municípios de Alcântara, Bacabal, Chapadinha, Coroatá, Buriti e Mata Roma.

O objetivo da visita foi organizar o processo de encerramento das atividades de 2012 da escola, que tem turmas descentralizadas do Curso Técnico em Enfermagem no estado. Ao todo, 108 trabalhadores do SUS do Maranhão estão sendo formados na área pela escola.

Pariquera-Açu forma mais duas turmas de especialização em Urgência e Emergência

O Centro Formador de Recursos Humanos de Pessoal de Nível Médio para a Saúde (CEFORH) de Pariquera-Açu qualificou 41 alunos do Curso de Especialização Pós-Técnica em Urgência e Emergência para Técnicos em Enfermagem, no dia 11 de dezembro. Em abril, o CEFORH já havia formado 76 alunos. Foram seis meses de aprendizado.

Com mais de 40 anos de tradição na formação de recursos humanos para a área de saúde, a instituição segue como uma das principais referências na formação técnica em saúde de São Paulo. O CEFORH foi a primeira a fornecer a capacitação em urgência e emergência na forma de especialização.

Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso em Sergipe

A Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe (ETSUS-SE) planeja ofertar, em 2013, o curso de Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso. Serão oferecidas 210 vagas, distribuídas em sete turmas. A formação destina-se, preferencialmente, aos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com Ingrid Ferreri, coordenadora da escola, a previsão é que o curso tenha início em abril de 2013. Entre os objetivos da formação estão aperfeiçoar a atenção integral à saúde da população idosa e oferecer informações sobre promoção do envelhecimento ativo e saudável e capacidade funcional do idoso.

ETSUS-MA capacita agentes comunitários em oito municípios da região

A Escola Técnica do SUS Dr^a Maria Nazareth Ramos de Neiva (ETSUS-MA) formou 225 profissionais na Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde entre os meses de novembro e dezembro de 2012. Foram contemplados os municípios de Viana, Vitória do Mearim, Palmeirândia, Humberto de Campos, Grajaú, Balsas, Amarante e Buriticupu. A formação foi dividida em duas turmas, iniciadas em junho e julho, e concluída em novembro e dezembro de 2012, respectivamente. De acordo com a coordenadora pedagógica da escola, Regimarina Reis, está prevista ainda a realização de uma mostra de trabalho no estado. "A ideia é reunir, ao menos, um trabalho escolhido por cada professor de cada município", anunciou.

Segundo Regimarina, em um ano, 453 profissionais participaram dessa primeira etapa da formação técnica em agente comunitário de saúde. "A proposta daqui para frente é fazer um novo levantamento da demanda, tentar pactuar com quem não quis ou não pode fazer o primeiro módulo do curso e, a partir daí, reprogramarmos novos cursos. O processo é contínuo", informou.



Acervo ETSUS Maranhão

ESP-MG qualifica mais de oitocentos agentes comunitários de saúde



Acervo ETSUS-MG

A Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) qualificou 816 Agentes Comunitários de Saúde, todos profissionais que já atuam no SUS. A Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde contou com recursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), do Ministério da Saúde, e atendeu 24 turmas de 23 municípios no estado. Estiveram ainda envolvidos 170 docentes em 400 horas de atividades. Somente em dezembro de 2012, a escola capacitou 105 agentes: 67 alunos oriundos das cidades de Corinto, Monjolos e Santo Hipólito; e 38, de Rio Vermelho.

Novo diretor no Cefor-PB

Novo diretor do Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (Cefor-PB), Volmir José Brutscher assumiu o cargo no dia 21 de novembro de 2012, substituindo Márcia Rique. Na ocasião, ele realizou reuniões com o objetivo de apresentar e promover o diálogo com os trabalhadores da escola. Volmir é formado em Filosofia, pela Universidade Federal de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, e tem mestrado em Educação, com foco na Educação Popular. Natural de Santa Catarina, ele vive na Paraíba desde 2008, quando ingressou na Gerência de Educação em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa, onde ficou até o fim de 2011. Em junho de 2012, integrou-se ao corpo técnico do Cefor-PB como coordenador estratégico. Durante sua apresentação, Volmir falou da consciência que tem sobre a colaboração que cada servidor poderá dar a escola, que tem um papel fundamental no processo de melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS).

Escola Técnica de Saúde de Brasília forma técnicos em enfermagem

A Escola Técnica de Saúde de Brasília (Etesb), no Distrito Federal, realizou no dia 23 de novembro a formatura de 25 alunos do Curso Técnico em Enfermagem. De acordo com a gerente de cursos da escola, Patrícia Brito Monteiro, estiveram entre os objetivos do curso concretizar a formação por meio do currículo integrado, que segue o princípio da articulação necessária entre ensino, serviço e comunidade, possibilitar a integração entre ensino e prática profissional, buscar soluções específicas e originais para diferentes situações, integrar professor-aluno na investigação e na busca de esclarecimentos e adaptar o currículo à realidade local e aos padrões culturais próprios da comunidade local. O curso teve 1.800 horas, divididas ao longo de um ano e oito meses.

CEP-Saúde promove Curso de Atualização em Cuidador de Idosos



Acevo ETSUS Goiás

No Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás (CEP-Saúde), em Goiânia, estão em andamento duas turmas do Curso de Atualização em Cuidador de Idosos, voltado para auxiliares e técnicos em enfermagem inseridos no SUS. A qualificação está organizada em 104 horas e contempla 35 alunos-trabalhadores em cada turma. O curso tem como objetivo desenvolver técnicas de cuidado à pessoa idosa, com foco na promoção da saúde e na qualidade de vida. Entre os conteúdos trabalhados estão envelhecimento populacional, aspectos psicológicos do envelhecimento, organização do ambiente do idoso, anatomia e fisiologia do envelhecimento, uso racional de medicamentos, noções de atendimento pré-hospitalar e política de atenção à pessoa idosa.

Aperfeiçoamentos em Saúde do Idoso e em Saúde Mental na ETSUS Blumenau



Acevo ETSUS Blumenau

A Escola Técnica do SUS (ETSUS) Blumenau, em Santa Catarina, realizou no dia 6 de novembro de 2012 o encerramento da turma do Curso de Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso, destinado a 20 técnicos em enfermagem. Com 180 horas, a qualificação foi realizada para profissionais oriundos da Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi), composto por 28 cidades. No mês de julho, a escola ofertou o mesmo curso para 23 alunos da Associação de Municípios de Foz do Rio Itaguaí (Amfri).

Em julho do mesmo ano, a ETSUS Blumenau promoveu a formatura de duas turmas do Curso de Aperfeiçoamento em Saúde Mental para profissionais dos municípios da Amavi e Amfri. O curso, com 200 horas de duração, contemplou 59 profissionais.

Tanto o Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso quanto em Saúde Mental trataram da importância do trabalho em equipe, capacitando o profissional sob o foco de um cuidado mais humanizado, e das redes de atenção à saúde, possibilitando a articulação entre teoria e prática nos diferentes contextos do processo de trabalho, segundo as especificidades de cada formação. "A participação das diferentes categorias foi positiva, pois possibilitou trocar experiências e informações, ampliar os conhecimentos sobre o processo de trabalho e sobre a vida pessoal e promover maior integração entre os profissionais", afirmou Maria de Fátima Campos, coordenadora técnica do Aperfeiçoamento em Saúde Mental e coordenadora pedagógica do Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso.

ESP-CE celebra primeiro ano de cursos técnicos em áreas prioritárias da Saúde

Alunos dos cursos técnicos em Análises Clínicas, Citopatologia, Hemoterapia e Radiologia da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) realizaram, no dia 14 de dezembro de 2012, a 1ª Mostra de Saberes da Educação Profissional da instituição. Promovido pela Diretoria de Educação Profissional de Saúde (Dieps) da ESP-CE, o evento teve como objetivo celebrar o primeiro ano das formações técnicas em áreas prioritárias para o Ministério da Saúde e envolveu 91 alunos (42 do Curso Técnico em Análises Clínicas; 17 do Curso Técnico em Citopatologia; 15 do Curso Técnico em Hemoterapia; e 17 do Curso Técnico em Radiologia).

A mostra foi realizada no Auditório Ciro Gomes, sediado na própria escola. No evento, os alunos apresentaram trabalhos inerentes aos temas da formação e exibiram um vídeo motivacional sobre os cursos. Cada coordenador falou sobre o perfil da turma e, em seguida, um representante de cada classe discorreu sobre as especificidades da área. Os cursos foram iniciados em novembro de 2011 e a previsão de conclusão é em 2014. Cada um está organizado em 1.800 horas.

Alunos do Curso Técnico em Hemoterapia do Cefor-PB promovem mostra de saúde

O Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (Cefor-PB) realizou, nos dias 20, 22 e 26 de novembro de 2012, em João Pessoa, a Mostra de Saúde Cefor. Promovido por alunos do Curso Técnico em Hemoterapia, o evento contou com a preparação de programas de rádio e peças teatrais e realização de exames para diagnosticar sífilis. No dia 22, foi apresentada a peça *A importância da hemoterapia na urgência e emergência* e realizada palestra sobre biossegurança. No dia 26, aconteceu uma mesa redonda sobre o papel da enfermagem na hemoterapia, com vários profissionais convidados.



Acevo ETSUS Paraíba

ESP-MG realiza formatura de Curso Técnico em Saúde Bucal



Acevo ETSUS-MG

Em Minas Gerais, cerca de 250 pessoas participaram da formatura de 35 técnicos em saúde bucal. O curso ofertado pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) teve carga horária de 1.300 horas e contou com a participação de 17 docentes, todos qualificados pela própria instituição. A representante da escola Roberta Morya ressaltou a importância do trabalho, realizado em parceria com cirurgiões-dentistas. "A contribuição dos especialistas, que atuaram como docentes de concentração e de dispersão, foi fundamental para o sucesso do projeto", comentou. Até 2011, a escola formou 1.431 técnicos em saúde bucal.

Cefor-PB realiza colação de grau de 1.500 agentes comunitários de saúde

O Centro Formador de Recursos Humanos (Cefor) na Paraíba realizou, no dia 21 de dezembro de 2012, no Teatro Arena, em João Pessoa, solenidade de colação de grau dos 1.500 agentes comunitários de saúde que concluíram a 1ª Etapa Formativa do Curso Técnico nessa área, com carga horária de 400 horas. Com esta formação, a escola passa a atender os trabalhadores de 39 municípios.

Ainda, nos dias 17 e 18 de dezembro, o Cefor-PB já havia realizado uma oficina pedagógica, na sede da instituição em João Pessoa, destinada aos professores dos cursos técnicos em Hemoterapia, Enfermagem, Vigilância em Saúde e Saúde Bucal. O encontro teve como objetivo promover o diálogo e socializar experiências e saberes entre os professores e coordenadores, visando a uma educação diferenciada e baseada nos conhecimentos dos estudantes que, por sua vez, são trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). O trabalho desenvolvido pelos docentes da escola focaliza a problematização reflexiva e a humanização. A oficina pedagógica foi orientada por toda equipe gestora do Cefor-PB, em especial, pela assessora pedagógica da instituição Elisa Gonsalves.

ESP-CE promove aula inaugural do Curso Técnico em Saúde Bucal

No dia 3 de dezembro, a Diretoria de Educação Profissional em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) realizou a aula inaugural do Curso Técnico em Saúde Bucal para profissionais que atuam como auxiliares na área em Fortaleza. Participaram do evento o coordenador de saúde bucal no Ceará, Ivan Rodrigues Júnior, a coordenadora municipal de saúde bucal, Erika Arrais, além da diretora de educação profissional da ESP-CE, Ondina Canuto. "A qualificação e a certificação da equipe envolvida, seja dentista, técnico ou auxiliar em saúde bucal, tornam-se fundamentais com a expansão dos serviços no Ceará", observou Ivan. Segundo ele, a formação na área atende a uma demanda histórica de capacitar o auxiliar em saúde bucal, com vistas às atividades de prevenção e promoção em saúde bucal para atuarem em unidades básicas de saúde, creches e escolas.

A ESP-CE já formou 835 técnicos em saúde bucal. O curso, organizado em 1.800 horas, por sua vez, distribuídas em três módulos, tem como objetivo formar profissionais técnicos de nível médio para atuarem na área de saúde, observando o compromisso social e a ética profissional no desempenho de suas funções, a fim de contribuir com a excelência da atenção à saúde e a melhoria da qualidade de vida da população cearense.



Arquivo ESP-CE

Planos de saúde são avaliados pela ANS

Das 1.239 operadoras de planos de saúde médico-hospitalar e odontológico avaliadas em 2011, 735 tiveram bons resultados, equivalente a 59,3% do total. Em 2010, as operadoras com notas altas somavam 482 (31% de um total de 1.517). Os dados são do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), que avalia as condições e a qualidade da prestação de serviço das operadoras, divulgado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em meados de dezembro de 2012.

A pesquisa, realizada anualmente desde 2008, avalia os índices de atenção à saúde, a situação econômico-financeira e a estrutura e atuação das operadoras. Em 2012, o IDSS passou a considerar também a satisfação do usuário, com base nas reclamações que chegam à agência reguladora dos planos de saúde. Neste caso, a nota vai de 0 (pior nota) a 1 (melhor nota).

Em 2011, foram avaliadas 913 operadoras médico-hospitalares e 326 odontológicas. Entre os planos médico-hospitalares, 62% obtiveram notas altas. Entre os odontológicos, 53% estão no grupo com melhor desempenho. Em 2010, os percentuais eram 32% e 29%, respectivamente. As empresas com as piores notas (0 a 0,19) representaram 1% entre as médico-hospitalares, e 5% entre as odontológicas, conforme dados de 2011.

Segundo a ANS, nos últimos anos, o número de operadoras diminuiu no país. Um dos motivos é o fechamento de operadoras por baixa qualidade na prestação de serviços. Em 2011, cerca de 190 operadoras foram fechadas. Em contrapartida, o montante de usuários dos planos de saúde subiu de 58 milhões para 60 milhões, de 2010 para 2011. Ainda em 2011, as operadoras com melhor desempenho concentraram 76% dos clientes.

No dia 5 de outubro de 2012, o governo suspendeu a comercialização de 301 planos de saúde de 38 operadoras do país por três meses. A ação fez parte das novas medidas divulgadas pelo Ministério da Saúde e pela ANS para aprimorar o sistema de comercialização e fiscalização sobre os planos de saúde. O grupo de operadoras, até então, era responsável pelo atendimento de 7,6% dos usuários cadastrados no Brasil — ou seja, cerca de 3,6 milhões de brasileiros.

Na última intervenção, feita em julho de 2011, 37 operadoras estavam na lista de sanções, sendo que oito delas conseguiram melhorar o atendimento no período e foram reativadas pelo governo — outras nove foram incluídas em outubro. Isso significa que, da atual lista de 38 empresas bloqueadas, 21 são reincidentes no ciclo de suspensão. A suspensão dos 301 planos se deu com base na avaliação feita no período entre 19/06/12 a 18/09/12.

As empresas reincidentes encaixaram-se nos critérios estabelecidos pela ANS para a suspensão dos produtos, pelo não cumprimento da Resolução Normativa nº 259, que determina prazos máximos de atendimento para consultas, exames e cirurgias.

Norte

Acre

Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha
(68) 3227-2716 / 3226-7330
escoladesaude.educacao@ac.gov.br
www.idep.ac.gov.br

Amapá

Centro de Educação Profissional
Graziela Reis de Souza
(96) 3212-5175
grazielareis2010@bol.com.br

Amazonas

Escola de Formação Profissional Enfermeira
Sanitarista Francisca Saavedra
(92) 3878-7620
etsus_saavedra@yahoo.com.br
www.cetam.am.gov.br

Pará

Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres
(91) 3202-9300 / 9301
etsuspa@gmail.com
www.sespa.pa.gov.br/etsus

Rondônia

Centro de Educação Técnico-Profissional
na Área de Saúde de Rondônia
(69) 3216-7307
cetas.ro@gmail.com
www.cetas.ro.gov.br

Roraima

Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima
(95) 3623-6891
etsus_rr@hotmail.com
www.saude.rr.gov.br/etsus_rr

Tocantins

Superintendência da Escola Tocantinense do
Sistema Único de Saúde – SETSUS/TO
(63) 3218-6280 / 6277 / 6281 / 1717
etsus@saude.to.gov.br
www.etsus.to.gov.br

Nordeste

Alagoas

Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora
(82) 3315-3403
etsal@etsal.com.br
www.etsal.com.br

Bahia

Escola de Formação Técnica em Saúde
Prof. Jorge Novis
(71) 3357-0810 / 0811 / fax: 3276-6738
sesab.efts@saude.ba.gov.br
www.saude.ba.gov.br/efst

Ceará

Escola de Saúde Pública do Ceará
(85) 3101-1401 / 1403
esp@esp.ce.gov.br
www.esp.ce.gov.br

Maranhão

Escola Técnica do SUS
Drª Maria Nazareth Ramos de Neiva
(98) 3221-5547 / 9137-6220
etsusma@hotmail.com

Paraíba

Centro Formador de Recursos Humanos
(83) 3218-7763 / 7764 / 7765
diretorcefor@saude.pb.gov.br

Pernambuco

Escola de Saúde Pública de Pernambuco
(81) 3181-6090
esppe2009@gmail.com
www.saude.pe.gov.br

Piauí

Centro Estadual de Educação Profissional em
Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez
(86) 3216-6406 / 2668
etsus.piceeps@ymail.com

Rio Grande do Norte

Centro de Formação de Pessoal para os
Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa Souza
(84) 3232-3679 / 7628
cefope@rn.gov.br
www.cefope.rn.gov.br

Sergipe

Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe
(79) 3211-5005
etsus@funesa.se.gov.br
www.ses.se.gov.br

Centro-Oeste

Distrito Federal

Escola Técnica de Saúde de Brasília
(61) 3325-4944 / 3327-3914
etesb.fepecs@saude.df.gov.br ou
etesb.fepecs@yahoo.com.br
www.etesb.fepecs.edu.br

Goias

Centro de Educação Profissional de Saúde da
Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás
Cândido Santiago
(62) 3201-3425
cepsaudeses@gmail.com
www.saude.go.gov.br

Mato Grosso

Escola de Saúde Pública do Estado
do Mato Grosso
(65) 3613- 2324
dgesp@ses.mt.gov.br
www.saude.mt.gov.br/portal/escola

Mato Grosso do Sul

Escola Técnica do SUS
Profª Ena de Araújo Galvão
(67) 3345- 8055 / 8056
etsus@saude.ms.gov.br

Sudeste

Espírito Santo

Núcleo de Educação e Formação
em Saúde da SES
(27) 3325-3573 / 3137-2414
nfs.dir@saude.es.gov.br

Minas Gerais

Escola de Saúde Pública do Estado
de Minas Gerais
(31) 3295-5090 / 6772 / 3829
diretoria@esp.mg.gov.br ou
diretoriaesp@gmail.com
www.esp.mg.gov.br

Centro de Educação Profissional e Tecnológica
/ Escola Técnica de Saúde - Unimontes
(38) 3229-8594 / 8591 / 8592
ets@unimontes.br
www.unimontes.br

Rio de Janeiro

Escola de Formação Técnica em Saúde
Enfermeira Izabel dos Santos
(21) 2333-9627 / 9626 / 2218-1025
etis@saude.rj.gov.br

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
(21) 3865-9797
epsjv@fiocruz.br
www.epsjv.fiocruz.br

São Paulo

Centro Formador de Pessoal para a Saúde
de São Paulo
(11) 5080-7458 / 5080 7459 / Fax: 5080-7462
ceforetus-sp@saude.sp.gov.br

Centro de Formação de Recursos Humanos
para o SUS de Araraquara
(16) 3335-7545
cefor-araraquara@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para
a Saúde de Assis
(18) 3302-2226 / 2216
drs9-eaeaceforassis@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Saúde
de Franco da Rocha
(11) 4811-9392
chj-cefor@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Área
da Saúde de Osasco
(11) 3681-3994 / 3699-1916
cefor-osasco@saude.sp.gov.br

Centro Formador de RH de Pessoal de Nível
Médio para a Saúde - CEFORH
(13) 3856-2362 / 9716
ceforh@consaude.org.br ou
ceforhrb@consaude.org.br
www.consaude.org.br

Escola Municipal de Saúde – EMS / CGP / SMS
(11) 3846-4569 / 1134
emsnucleoescolar@prefeitura.sp.gov.br
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/
saude/ems

Sul

Paraná

Centro Formador de RH Caetano
Munhoz da Rocha
(41) 3342-2293
cenforpr@sesa.pr.gov.br
www.saude.pr.gov.br

Rio Grande do Sul

Escola Estadual de Educação Profissional
em Saúde do Estado d Rio Grande do Sul
(51) 3901-1508 / 1494 / 1475
etsus@saude.rs.gov.br

Santa Catarina

Escola de Formação em Saúde (EFOS)
(48) 3665-5540 / 3343-8414
direcaoefos@saude.sc.gov.br
http://efos.saude.sc.gov.br

Escola Técnica do Sistema Único de
Saúde Blumenau
(47) 3322-4271 / fax: 3326-7422
etsusblumenau@blumenau.sc.gov.br

PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Não percam
a oportunidade
de mostrar
quem vocês são!



Se você recebeu e ainda não respondeu ao questionário,
ainda está em tempo... Não perca tempo!

PREENCHA E ENVIE

Sua participação é muito importante para o sucesso da pesquisa

Entre em contato conosco. Acesse o site www.ensp.fiocruz.br/perfildaenfermagem



Baixar um leitor QR code em seu celular, fotografe o código e acesse
www.ensp.fiocruz.br/perfildaenfermagem/